



XLVII ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ECONOMIA

URBANIZAÇÃO E DÉFICIT HABITACIONAL NO BRASIL

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém-PA, Brasil

RESUMO

Esse Artigo se propõe a uma análise do Déficit Habitacional do Brasil em uma perspectiva da teoria do valor e como se estabelece a distribuição sócio espacial da terra, para tanto buscou-se um entendimento das bases na teoria do valor, especificamente no valor de uso e valor de troca e como isso se traduz no comportamento relacionado à moradia e sua falta nos grandes centros urbanos, assim como no histórico desse movimento através da concentração de terras no campo, e no êxodo rural das populações nessas localidades. Logo, como objetivo desse estudo, se pretende uma análise e compressão dos fatos levantados na questão habitacional a fim de estabelecer como a dinâmica do próprio sistema capitalista cria e estabelece a territorialidade e posse da terra como uma mercadoria constituída em forma de valor e como nesse contexto se constitui a questão espacial da moradia nos centros urbanos.

Palavras-chave: Déficit Habitacional; Valor de Troca; Valor de Uso e Urbanização.

1 - INTRODUÇÃO

Ao longo da sua história e consolidação territorial, o Brasil passou por diversas formas de apropriação e uso da terra e seu valor social são fatores cruciais para a compreensão da atual crise de habitação do Brasil, partindo da colonização do território pela coroa portuguesa, pela intensa valorização do espaço (terra) em prol de ganhos financeiros, fluxo migratório e



XLVII ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ECONOMIA

imposição do Estado burguês na vida social, onde uma distribuição espacial desigual favorece regiões e setores da sociedade com rendimentos mais elevados em detrimento dos grupos de rendimentos mais baixos. As desigualdades habitacionais e socioespaciais refletem as políticas sociais e econômicas adotadas temporalmente no Brasil, incluindo questões históricas relacionadas aos direitos de propriedade da terra e à concentração da posse da elite em melhores áreas urbanas e rurais.

Dessa forma, o déficit habitacional se mostra como problemas segregacionistas, onde a malha de infraestrutura de melhores serviços e investimentos do poder público geralmente se concentra em áreas centrais dos grandes centros urbanos. Olhando o Brasil do século XXI, as periferias e as favelas estão na maioria em áreas de habitação com falta de serviços adequados, em situações de risco como morros e beiras de córregos, onde a falta de saneamento é um agravante à própria saúde pública.

As dificuldades emergentes ao déficit habitacional é um dos grandes fatores de concentração habitacional e renda de grandes cidades, mas também se condizem em fatores regionais, pois as regiões com melhores e piores condições de moradia, refletem o próprio caráter desigual do desenvolvimento, dada a questões históricas. Assim, o artigo visa, mesmo sendo breve, compreender como o sistema se apropria do espaço territorial para obter ganhos financeiros e expor o problema de habitação e da urbanização, porque de fato é um problema recorrente, não só no Brasil, mas em todo o mundo.

Na seção 2 será tratada a questão da produção do espaço urbano conforme a teoria do valor de Marx; na seção 3 iremos debater um pouco acerca da formação territorial do Brasil, os ciclos econômicos e a intensificação da industrialização, sendo um dos principais motivos para o êxodo rural; na seção 4 uma abordagem do déficit habitacional e a urbanização, trazendo alguns dados que mostram em parte o estigma que é a habitação no Brasil; por fim as considerações finais da análise feita a partir da visão marxiana a respeito da moradia e da urbanização, colocando em pauta a forma que o problema é usado como instrumento financeiro para a apropriação e segregação do espaço, em que, na verdade, deveria ser uma utilidade para reprodução da vida e não como arma do capitalismo.



XLVII ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ECONOMIA

2 - Produção do espaço urbano no Brasil na perspectiva da teoria marxista do valor de troca e valor de uso.

Segundo Marx, a teoria do valor parte do estudo da mercadoria, pois, segundo ele, a mercadoria como uma expressão da produção capitalista é a forma elementar de toda riqueza que busca satisfazer as necessidades humanas, sejam elas de natureza física, concreta ou abstrata (Marx, 1996).

Diz Marx: “As mercadorias têm um duplo aspecto – quando expressa a sua materialidade útil são caracterizadas como valores de uso, as mercadorias são, antes de mais nada, de qualidade diferentes, como valores de troca, só podem diferir na quantidade, não contendo, portanto, nenhum átomo de valor de uso” (Marx, 1996, p. 59)

Para o autor, a riqueza da sociedade burguesa está diretamente ligada à acumulação de mercadorias, que num primeiro momento pode ser definida como “uma coisa, a qual, pelas suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie” (Marx, 1996, p. 165). O valor de uso não expressa nenhuma relação de produção, embora seja objeto das necessidades sociais produzidas em determinado contexto. (Marx, 1996).

Na visão marxista, as configurações de habitação refletem as relações da sociedade capitalista. Nesse processo, a moradia deixa de ser apenas uma necessidade fundamental para a reprodução da vida, entretanto, também nos circuitos de troca, se torna uma mercadoria das mais concorridas e valorizadas. Assim, para compreender a questão habitacional, é necessário entender a moradia dentro de dupla acepção: valor de uso, e valor. A alienação no processo de produção oculta o valor de uso e torna as relações humanas em relações entre mercadorias. Na sociedade capitalista, tudo, inclusive a moradia, tem valor de troca para uns e valor de uso para outros.

É nesta perspectiva que, no presente artigo, apresentamos a análise sobre a questão habitacional no Brasil, desde os surgimentos das primeiras cidades, mas que já vinham com os problemas de organização do espaço urbano. Nesse sentido, partimos da hipótese de que desde o início de sua idealização, os empreendedores capitalistas alinhados aos gestores públicos cuidaram para afastar as possibilidades da cidade enquanto um valor de uso, uma



XLVII ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ECONOMIA

riqueza construída a partir do trabalho e esforço de homens e mulheres – e se privilegiou o valor de troca da cidade como empreendimento, com um grau altíssimo de poder rentável e lucrativo aos personagens sociais responsáveis pelo planejamento do espaço urbano.

Como valor de troca, é vista na perspectiva mercadológica em que os bens nela contidos deixam de ter um caráter de atender às necessidades das pessoas e se concentram no elemento que é lucrar, enquanto componente para satisfazer aqueles planejadores capitalistas, cujos fins são meramente privados. Enquanto a moradia perde a sua essência de valor de uso, quando se aliena as suas propriedades, o que resta, por conseguinte, é apenas o seu valor de troca, numa relação material entre coisas, que se relacionam apenas mercadologicamente.

Na contemporaneidade, vários autores discutem o valor de uso e o valor de troca dos inúmeros objetos que nos cercam cotidianamente, entre os quais pode ser incluída a habitação (objeto arquitetônico). Referindo-se aos objetos, Lefebvre (1968) comenta que eles têm valor denotativo (o que é visto) e valor conotativo (interpretação do visto), indicando que, simultaneamente, o imperativo social atribui a eles um significado (valor de uso) e um preço (valor de troca).

A teoria marxista do valor fornece viés que demonstra que a produção e aquisição de moradia no Brasil é impregnada como negócio, e não como uma estrutura de direito do cidadão, pois há diversos determinantes que trazem consigo interesse próprios como, lucrar mais, diminuir a inserção da maioria a uma moradia de qualidade, e todo um controle econômico-social por parte dos detentores de capital. Aqueles grupos populacionais (no caso do Brasil a grande maioria da população) de baixo e/ou nenhum poder econômico sofrem severamente com o processo de segregação socioespacial, sendo subjugados a se instalarem em áreas periféricas das cidades, e pior para aqueles que precisam se deslocar até locais de trabalho, pois precisam percorrer longas distâncias, distantes de espaços de lazer, escolas, centros comerciais, ou seja, desprovidos do acesso a bens e à riqueza socialmente produzida que constituem os valores de uso.

Assim, resta à população pobre trabalhadora ou marginalizada do processo de trabalho “viver em locais afastados, sem infraestrutura adequada e sem direito de apropriar-se de fato



XLVII ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ECONOMIA

da cidade, pois é no espaço intra-urbano onde são materializadas as contradições e desigualdades” (Sugai, 2002, p.39).

Como já ressaltado, o espaço urbano no Brasil é moldado pelos interesses dos controladores das ações e dos agentes privados, que atuam em nome do capital imobiliário, especulação e supervalorização do solo urbano como negócio. Os agentes públicos são parceiros nesse processo. Como resultado, a construção de moradias está ligada aos interesses e privilégios da elite imobiliária, que busca a apropriação do valor produzido pela indústria capitalista, através da extração da mais-valia fundiária, (Marx, 2017). Isso contribui para uma ocupação excludente e cria uma realidade alarmante em relação à habitação no Brasil.

3 - Contexto Histórico

A formação territorial do Brasil está diretamente relacionada aos aspectos políticos, econômicos, sociais e dentre outros como já citados. Esses fatores são fundamentais na consolidação do Estado brasileiro e na utilização da terra pelos habitantes, seja para subsistência ou para a geração de riqueza. Além disso, a dimensão econômica se entrelaça com o aspecto político, formando a base da estrutura territorial brasileira. Neste contexto, é possível analisar a formação territorial em ciclos econômicos

Assim resumidamente em uma matriz histórica do território brasileiro em sua formação econômica, política e social, passando pela colonização portuguesa e depois ao surgimento do Estado brasileiro como nação, este teve diversos ciclos econômicos que impactaram na forma como se conduziu a posse da terra e sua apropriação pelas comunidades residentes, passando pelo extrativismo das especiarias, a monocultura do açúcar, a exploração mineral e novamente a monocultura do café e extração do látex na Amazônia, e já em meados do século XX a indústria e outras formas de exploração econômica em conjunto.

É importante mencionar que a maioria das terras era possuídas pelas elites políticas e econômicas, que tinham privilégios sociais e excluía escravos e pessoas de baixa renda. Após a abolição da escravatura, essa população despossuída de terra se tornou mão de obra barata nos centros urbanos, vivendo em condições precárias. Vale ressaltar que como



XLVII ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ECONOMIA

formação territorial e de ocupação até em meados das primeiras décadas do século XX, o Brasil se estruturava como sendo de base rural, pois ainda não havia grandes centros urbanos, isso começou a mudar após a crise do café nos anos 20 e com a intensificação da indústria fazendo a população deixar o campo e indo em direção aos centros urbanos em busca de emprego.

Para entendimento a formação urbana como disse Santos (1993, p.29) “As taxas de urbanização até meados dos anos 1940 do século XX eram de 26,35%, hoje a população urbana brasileira supera os 80%, contudo essa urbanização veio de forma desordenada e desigual sendo ao longo dos anos a concentração espacial urbana brasileira ditada pelo modo econômico capitalista” ou neste sentido completa (Santos, 2002) “Sendo uma construção ou reconstrução do espaço atual como o meio técnico científico, onde há um grande uso das ciências, das técnicas e da informação, onde a condição de habitação ao longo do tempo se tornou mais uma questão de valor de troca do que valor de uso, no qual a urbanização serviu mais como um mecanismo de acumulação do capital, atrelado a ideia capitalista de valorização dos espaços urbanos como mercadoria”. Logo surge nas áreas excludentes, como a periferia, a concentração da população pobre devido à falta de infraestrutura e políticas públicas. Isso se soma ao êxodo rural, resultando no déficit habitacional no Brasil

4 - Déficit Habitacional e Urbanização no Brasil

Como já citado anteriormente é histórico o problema do déficit habitacional no Brasil e em todas as regiões e perdura até os dias atuais, apesar desde a constituição de 1988 no artigo 6º o direito a moradia é assegurado e na Emenda Constitucional nº 26/2000, a inclusão da moradia no rol dos direitos sociais dos cidadãos.

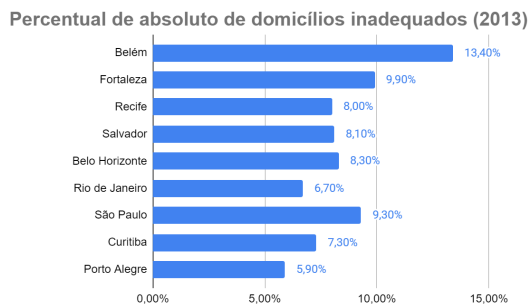
De uma forma um pouco crítica acerca desse assunto, não é bem o que se vive na realidade de grande parte da população brasileira quando se trata do assunto moradia, uma parte que merece o olhar é das pessoas em situação de rua, outras que vivem em ambientes hostis e indigna, forçadas a se sujeitar a este modo de vida, porque não tiveram condições financeiras e nem um apoio por parte do poder público de assegurar e amparar essas pessoas



XLVII ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ECONOMIA

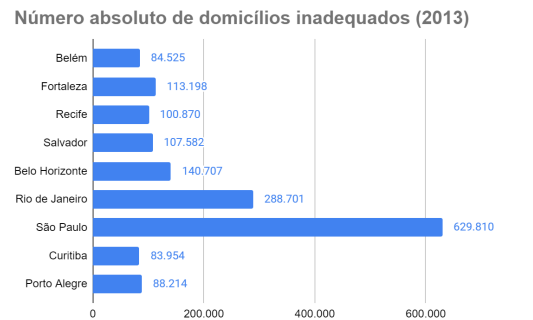
impactadas pelo déficit habitacional ou por motivações diversas, como bem assinalada na constituição.

Gráfico 1



Fonte: Fundação João Pinheiro (2013)

Gráfico 2



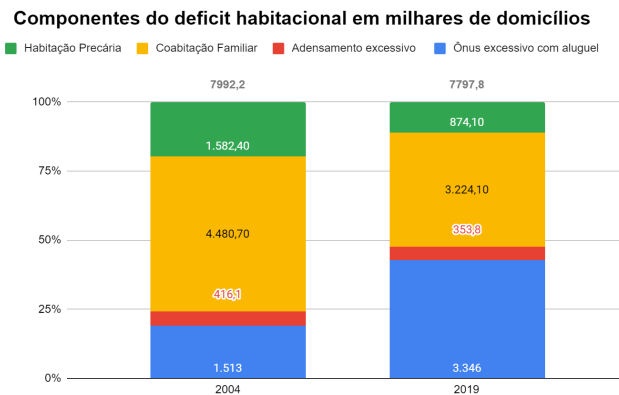
Fonte: Fundação João Pinheiro (2013)

Percebe-se no gráfico 1 que o percentual do déficit habitacional castiga principalmente as regiões Norte e Nordeste, onde as quatro primeiras capitais com domicílios inadequados se encontram nessas regiões e logo abaixo estão capitais do Sul e Sudeste que recebem um grande êxodo das regiões citadas anteriormente que estão entre as mais populosas do país. Em 2010 de acordo com o IBGE cerca de 43% dos lares brasileiros eram considerados inadequados, devido ao uso de materiais inapropriados na construção, localização em áreas de risco e a alta densidade populacional. Além disso, o custo excessivo do aluguel também é um problema, como demonstrado no gráfico 3. Nos últimos 15 anos, houve um aumento no ônus do aluguel, enquanto a coabitação familiar diminuiu, embora ainda seja uma realidade para muitas famílias. Logo se pode analisar a situação da moradia no Brasil até regionalmente, em um sistema de luta de classes e até de forma econômica, levando em consideração que essas regiões são menos assistidas pelo Estado, sendo um dos estigmas que agrava o déficit nessas regiões.



XLVII ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ECONOMIA

Gráfico 3



Fonte: Abrainc

Segregação urbana que é um fenômeno urbano ligado principalmente a questões econômicas que exclui o acesso a serviços públicos e isola economicamente e geograficamente uma parte da população do resto da cidade. Mas dentro do fenômeno da segregação urbana há um sub fenômeno chamado auto segregação que consiste em segregar para haver privilégios por parte dos auto segregados que os que estão fora não têm como acesso a segurança e saneamento básico, o melhor exemplo são os condomínios fechados.

Por um olhar mais geográfico e industrializador pode ser analisar o fenômeno da gentrificação que consiste em um processo de industrialização de um bairro, geralmente de classe baixa, fazendo com que fique inviável a habitação nesse local, principalmente pra quem vive de aluguel, que seria o “ônus excessivo de aluguel, que já foi citado anteriormente”. No que trata do processo de urbanização nas últimas décadas, o que é mais visível é o processo de verticalização, que se trata da construção de edifícios que ocorre principalmente nas grandes cidades, de certa forma com planejamento, aumenta a densidade populacional. Geralmente ocorrendo no centro econômico da cidade voltada para pessoas economicamente fartas e pode ser considerado um exemplo de auto segregação apesar de não ser o melhor exemplo.

5 - Conclusão



XLVII ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ECONOMIA

O Estudo aqui conduzido se estabeleceu ao objetivo ainda que de forma breve, a ratificar e elucidar a pesquisa sobre questão habitacional e de moradia no Brasil, espera-se que essa pesquisa através da metodologia analítica marxiana sobre o valor, tenha levado a uma reflexão, de como a construção histórica da territorialidade e da posse da terra, assim como sua utilização e habitação, perpassando pelos fatores político, econômico e social, tenha construído um norte ao entendimento atual da concentração urbana, da periférica e do déficit habitacional. Os conceitos de valor e mercadoria são essenciais para entender a valoração da terra e dos espaços urbanos, assim como a concentração populacional. Segundo (Santos, 2002), houve uma evolução da sociedade rural para uma grande concentração urbana nas cidades. Isso resultou em problemas de acesso aos serviços públicos em certas áreas, que levou à formação de espaços assistidos de forma desigual pelo poder público. Essa desigualdade é histórica e está ligada às diferenças de renda.

Logo conclui-se que estudos como esse tema e dentre outros, estabelecem um compromisso acadêmico de levar as esferas sociais a promoção e a distribuição de estudos analíticos de questões que impactam diretamente a população brasileira. A interpretação de dados é levantamentos aqui vistos, mostra a exemplo da segregação espacial urbana de como o valor de troca na questão habitacional se estabeleceu em um âmbito de elevar o valor de determinados espaços ao detrimento de outros. Assim o estudo aqui estabelecido, também confirma e coloca a dispositivo das políticas públicas uma abordagem de suporte de pesquisa, uma vez que os desníveis de uma desigualdade socioespacial ainda são sentidos por uma grande parcela da sociedade em questão. Logo faz-se necessário a busca de soluções palpáveis de uma política pública de qualidade e eficaz nas diretrizes do espaço urbano para melhoria dos fatores sociais de bem estar e qualidade vida a grande parcela da sociedade que tem uma separação histórica das políticas públicas. Por fim se pontua que esse estudo se orienta ao conhecimento acadêmico aberto a todos que se proponham continuar tais análises da questão da sociedade em conformidade com ampla difusão do conhecimento técnico e científico.



XLVII ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ECONOMIA

REFERÊNCIAS

- BRASIL. IBGE. **Malha Municipal Digital e Áreas Territoriais 2022**: Nota metodológica n. 01 Informações Técnicas e Legais para a Utilização dos Dados Publicados, Rio de Janeiro, 1 jan. 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101998.pdf>. Acesso em: 29 maio 2024.
- BRASIL. Serviço de Informações do Brasil. **Moradia**: Constituição garante e reforça concretização do direito. [S. l.]: Serviço de Informações do Brasil, 5 out. 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/constituicao-30-anos/textos/moradia-constituicao-garante-e-reforca-concretizacao-do-direito>. Acesso em: 10 dez. 2023.
- DE OLIVEIRA, Rinaldo T.; DOS SANTOS, Francisco K. S. **O INÍCIO DA FORMAÇÃO TERRITORIAL BRASILEIRA: UMA REFLEXÃO SOBRE O TERRITÓRIO EM SUAPE**. Revista de Geografia (Recife), Recife, v. 31, n. 3, 6 dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistageografia/article/view/229147>. Acesso em: 9 jul. 2023.
- DIRECIONAL. **Déficit Habitacional no Brasil**: desafios e perspectivas. [S. l.], 4 jul. 2023. Disponível em: <https://www.direcional.com.br/blog/financas/deficit-habitacional-no-brasil/>. Acesso em: 8 jul. 2023.
- G1 (São Paulo). **43% dos domicílios do Brasil são inadequados para moradia, diz IBGE**: Taxa representa 24,7 milhões dos 57,5 milhões de lares no país em 2008. Em 1992, porém, 63,2% das casas não eram consideradas adequadas. São Paulo, 1 set. 2010. Disponível em: <https://g1.globo.com/brasil/noticia/2010/09/43-dos-domicilios-do-brasil-sao-inadequados-para-moradia-diz-ibge.html>. Acesso em: 10 dez. 2023.
- MARX, K. **O Capital**: Livro I - Processo de produção do capital. São Paulo: Nova Cultura, 1996. v. 1.
- MARX, K. **O Capital**: Livro III – O Processo Global da Produção Capitalista. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.
- Oliveira de, Juliano V. Leal, Suely M., R. **Desenvolvimento capitalista e política habitacional brasileira**: o retrocesso do paradigma participativo na implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida. Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos, IPEA Code 2011.
- Pinheiro, Karisa. **Bases Teóricas Gerais sobre Urbanização no Brasil**. Salvador, BA. RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico, v. 9, n. 15, 2007
- Rolnik, R. **História Urbana**: História na cidade ?. 2012, Anais Seminário de História da Cidade e do Urbanismo.
- Santos, M.. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993. P. 29
- SENA, Ailton. **Ciclos Econômicos do Brasil**: Conheça as atividades que tiveram destaque na história do país. [S. l.]: Educa mais Brasil, 31 Jul. 2020. Atualizado em 03 Ago. 2020. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/historia/ciclos-economicos-do-brasil>. Acesso em: 08 Jul. 2023.
- SUMMIT MOBILIDADE. **Verticalização das cidades**: entenda o significado do conceito. [S. l.], 21 dez. 2021. Disponível em: <https://summitmobilidade.estadao.com.br/urbanismo/verticalizacao-das-cidades-entenda-o-significado-do-conceito/>. Acesso em: 8 jul. 2023.